



SINOPSE SINTIUS

Informativo do Sindicato dos Urbanitários

29/07/2021

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Contra racionamento, governo reinaugura usina térmica com energia mais cara do país

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, participou nesta quarta-feira (28) de cerimônia de reinauguração da térmica William Arjona, a usina mais cara do país, com custo de R\$1,741 por cada MWh (megawatt-hora) gerado.

Localizada em Mato Grosso do Sul, a térmica estava parada desde 2017 e a retomada das operações foi antecipada para ajudar a enfrentar a seca nos reservatórios das hidrelétricas.

Para especialistas, a estratégia de enfrentamento da crise, focada até o momento no aumento da oferta, é arriscada e põe ainda mais pressão sobre a conta de luz, já que contempla a contratação de fontes geradoras mais caras.

Embora use gás natural como combustível, a William Arjona terá tarifa maior que usinas óleo diesel, geralmente mais caras. A segunda térmica mais cara do Brasil, Xavantes, em Goiás, tem custo de produção de R\$1,464 por MWh.

Em relação a térmicas movidas a gás natural, a diferença é ainda maior. Até o início das operações de William Arjona, a usina mais cara com esse combustível era Araucária, no Paraná –R\$1,138 o MWh.

A título de comparação, o custo da William Arjona é três vezes superior ao já pressionado valor praticado hoje no mercado livre e mais dez vezes o preço médio de contratação de energia eólica em leilões do governo entre 2005 e 2019, de R\$152 por MWh.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 29 de julho.

Caminhoneiros intensificam protestos

Os caminhoneiros autônomos do Porto de Santos decidiram, em assembleia, às 12h30 de ontem, apoiar a greve nacional da categoria e pararam as atividades na região por tempo indeterminado. Com isso, se unem a sindicatos e associações.

“O intuito não é parar a rodovia. Queremos chamar a atenção e ser ouvidos”, diz o presidente do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens da Baixada Santista e Vale do Ribeira (Sindicam), Luciano Santos. Ele afirma ter contato com a federação da categoria e deputados.

Caminhoneiros reclamam, por exemplo, das altas recentes do preço do óleo diesel e do fim da isenção do PIS/Cofins sobre o combustível. O alto preço dos insumos para transporte de cargas e falta de fiscalização do piso mínimo do frete são outras queixas.

Saiba mais em: A Tribuna, quarta-feira 28 de julho.

Mudança do IR na reforma tributária pode prejudicar quem ganha menos

Ainda não há consenso sobre as mudanças que o governo pretende implementar na cobrança do Imposto de Renda (IR). O relator da proposta, deputado Celso Sabino (PSDB-BA), estuda, inclusive, enviar ao Congresso Nacional uma quarta versão do projeto de reforma tributária. Contudo, segundo o economista João Sicsú, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), essas eventuais mudanças não alteram a regressividade do sistema brasileiro. Ao contrário, há risco de aumento de impostos para os mais pobres.

Em seu relatório preliminar, Sabino manteve limite de 40 mil reais de rendimentos anuais para a declaração simplificada. Hoje, esse desconto padrão pode ser usado para quem ganha até R\$ 83.700. Tal mudança acarretaria em aumento da carga tributária para aqueles que ganham entre R\$ 3.300 e R\$ 6.900 por mês.

“Não sabemos exatamente o resultado que vai dar. Mas o risco é aumentar a regressividade, prejudicando aqueles que ganham menos”, disse Sicsú, em entrevista a Glauco Faria, para o Jornal Brasil Atual, nesta quarta-feira (28). Ele disse não se tratar de uma reforma propriamente, mas apenas um “ajuste” para facilitar o recolhimento de impostos.

“No Brasil, quem paga imposto de fato é a classe média e os pobres. Os ricos não pagam imposto. É um paraíso fiscal para os ricos. O governo deveria ter uma concepção mais profunda, uma ideia de como utilizar o sistema tributário para fazer justiça social”, declarou o economista.

Saiba mais em: [Rede Brasil Atual](#), quinta-feira 29 de julho.

Revisão de 170 mil benefícios do INSS começa em agosto

Cerca de 170 mil segurados da Previdência Social que recebem benefícios por incapacidade temporária – o antigo auxílio-doença – devem ficar atentos para agendar nova perícia médica. Os prazos para fazer o agendamento começam a expirar em agosto. Quem não tomar a providência corre o risco de ter o pagamento suspenso.

Desde 30 de junho, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) começou a enviar cartas para segurados que não realizam perícia médica há mais de seis meses. Quem recebe a convocação tem 30 dias, a contar da data de recebimento notificada pelos Correios, para agendar o procedimento.

O INSS poderá também convocar as revisões utilizando a rede bancária, considerando o órgão pagador do benefício, quando esse tipo de notificação for disponível. Estão previstas ainda as convocações por meio eletrônico ou edital em Diário Oficial.

A revisão em benefícios por incapacidade temporária segue até dezembro, quando todas as convocações já devem ter sido expedidas. As revisões serão realizadas por peritos médicos federais em horários extraordinários.

Segundo o INSS, das 724 agências da Previdência que possuem serviço de perícia médica 619 estão funcionando e 2.549 peritos médicos estão com as agendas abertas para atendimento. O tempo médio entre o agendamento e a realização da perícia médica está em 39 dias.

Saiba mais em: [Agência Brasil](#), quarta-feira 28 de julho.